





ATA PLENÁRIA, DE 2 DE MARÇO DE 2023.

Ata da décima Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Rio Branco, estado do Acre.

Aos dois dias do mês de março do ano de 2023, às oito horas e dez minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Rio Branco; sob a presidência do vereador Raimundo Neném, secretariado pelo vereador Fábio Araújo, presentes ainda os Vereadores: Antônio Morais, Arnaldo Barros, Cap. N. Lima, Célio Gadelha, Elzinha Mendonça, Fábio Araújo, Francisco Piaba, Hildegard Pascoal, Ismael Machado, James do LACEN, João Marcos Luz, Joaquim Florêncio, Rutênio Sá e Samir Bestene; foi declarada aberta a sessão. A ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade. Constou do EXPEDIENTE DO DIA: COMUNICADO DE RECURSO/CAIXA: notifica a liberação de recursos financeiros referentes à parcela do contrato de financiamento n°530.504-166/2019, no âmbito do programa Finisa. Aberto o PEQUENO EXPEDIENTE. Vereador João Marcos Luz assomou a tribuna. Retificou requerimento n°13/2023, acrescendo à lista de convidados a SANEACRE - Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre e a Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN. Já em outra pauta, o parlamentar cobrou respostas do Governo do Estado, bem como da gestão passada de governos petistas acerca dos desdobramentos do Programa Ruas do Povo; para tanto, requereu realização de audiência pública, no próximo dia 27, a fim de debater a problemática. Vereador Arnaldo Barros assomou a tribuna e chamou atenção do executivo municipal para a necessidade de manutenção das lavandeiras comunitárias, ademais, o edil lamentou o não cumprimento de emenda sua, destinada à lavanderia do bairro Cidade Nova e cobrou posicionamento da prefeitura quanto ao assunto. Vereador Francisco Piaba assomou a tribuna. Reivindicou a construção de creche na regional do Santa Inês; destacou agenda com a secretária Neiva Tessinari para também reivindicar melhorias às lavanderias aludidas e confirmou reunião com o secretário José Assis Benvindo, da EMURB, a fim de discutir benfeitorias aos ramais adjacentes à curva do Tucumã, Est. Ac-40. Vereador Célio Gadelha assomou a tribuna. Registrou presença em atividade cultural e recreativa - Carnaval 2023, no CRAS da Cidade Nova e enalteceu o evento realizado pela prefeitura. Vereador Fábio Araújo assomou a tribuna. Comunicou a transmissão do cargo de líder do PDT na Câmara ao vereador Joaquim Florêncio; registrou visita ao bairro Laélia Alcântara, regional do Calafate e reiterou indicações de melhorias para a localidade, à mercê de problemas de saneamento básico. Por fim, corroborou a temática trazida pelo vereador Arnaldo Barros sobre as lavanderias e, em tempo, repercutiu a problemática dos ramais, acrescendo à temática problemas de gestão na SEAGRO. Em questão de ordem, vereador João Marcos Luz requereu a suspensão da sessão para a apreciação de matérias junto às Comissões Permanentes, Encerrado o pequeno expediente. SESSÃO SUSPENSA, SESSÃO REABERTA. Aberto o GRANDE EXPEDIENTE. Vereador N. Lima assomou a tribuna. Questionou a Justiça brasileira quanto aos critérios adotados nas prisões decorrentes do 8/1 e alertou para índices do início do governo Lula: aumento da inflação, carestia da cesta básica, avanço da política do desarmamento, aumento da violência e enfraquecimento do agronegócio. Vereador Joaquim Florêncio assomou a tribuna. Registrou visita à comunidade do Quixadá e reivindicou reparos na estrada de acesso à região. Ademais, o orador indicou, via exposição de mídia, melhorias aos ramais Boa Água e Limoeiro – zona rural de Rio Branco; Rua Antônio Ribeiro – Jacarandá; Ruas Vitória e da Paz - Belo Jardim e às ruas dos bairros das Placas, Jorge Lavocat e Rosa Linda. Por fim, destacou









agenda com o secretariado da prefeitura para discussão dos avanços de obras na capital. Vereadora Elzinha Mendonça assomou a tribuna. Evidenciou as mazelas de infraestrutura e saneamento básico do Loteamento São Sebastião – Sobral e chamou atenção das autoridades competentes para os riscos à saúde dos munícipes em vista da presença de esgoto a céu aberto no local. Em outra frente, a parlamentar cobrou posicionamento da prefeitura quanto à situação habitacional dos moradores do Bairro Novo Horizonte - Res. Palheiral, realocados ao aluguel social após interdição da prefeitura nas casas dos mesmos. Por fim, externou indignação pela viagem do prefeito Tião Bocalom ao exterior em meio ao cenário posto e defendeu comprometimento da gestão municipal com as demandas dos rio-branquenses. Vereador Samir Bestene assomou a tribuna e tratou da política do saneamento básico: apresentou números, expos desafios, destacou agendas voltadas à discussão da problemática, resgatou indicações de seu mandato referentes à pauta e defendeu investimentos no setor. Em apartes os vereadores João Marcos Luz, Antônio Morais, Ismael Machado, Fábio Araújo e Cap. N. Lima. Por fim, o orador contextualizou duas indicações de melhoria para Rio Branco e voltou a lamentar a judicialização de ruas na capital. Vereador Ismael Machado assomou a tribuna. E, ao defender políticas voltadas à assistência a pessoas em situação de rua, apresentou proposição que dispõe sobre a implantação de campanha intitulada: "dê oportunidade, não dê esmola". Em outra pauta, parabenizou a secretária municipal de Educação, Nabiha Bestene, pela reforma da escola Cecília Meireles e reivindicou, via instrumento de indicação ao Executivo, a prorrogação do último certame efetivo da SEME; em apartes a vereadora Elzinha Mendonça e o vereador João Marcos Luz. Por fim, o parlamentar destacou o trabalho realizado pela EMURB, ao tempo que fez ressalvas à programação apresentada pela empresa de urbanização. Encerrado o Grande Expediente. Aberta a ORDEM DO DIA. Registrada a presença dos edis: Antônio Morais, Arnaldo Barros, Cap. N. Lima, Célio Gadelha, Elzinha Mendonça, Fábio Araújo, Francisco Piaba, Hildegard Pascoal, Ismael machado, James do LACEN, João Marcos Luz, Joaquim Florêncio, Rutênio Sá e Samir Bestene. Lida a pauta de matérias: Veto n°1/2023: Veto parcial ao projeto de Lei Complementar n° 85/2022, que deu origem ao Autógrafo n° 116/2022, que Altera a Lei Municipal nº 1.959, de 20 de fevereiro de 2013, alterada pela Lei nº 2.032, de 27 de dezembro de 2013, Lei nº 2.039, de 9 de abril de 2014, Lei nº 2.225, de 23 de fevereiro de 2017, Lei 2.255, de 21 de novembro de 2017, Lei Complementar n° 54, de 7 de dezembro de 2018, Lei Complementar nº 73, de 5 de novembro de 2019, Lei Complementar nº 132, de 25 de janeiro de 2022 e Lei Complementar n° 179, de 5 de agosto de 2022; parecer da CCJRF pela manutenção do veto parcial; votação nominal; veto mantido por unanimidade, 14 votos. Veto n°2/2023: Veto integral ao projeto de Lei n° 31/2022, que deu origem ao Autógrafo n° 97/2022, que estabelece diretrizes de retenção de valores para a garantia do pagamento da remuneração dos empregados de empresas terceirizados que prestam serviços para o Município de Rio Branco e concessionárias do serviço de transporte coletivo; parecer da CCJRF pela manutenção do veto integral; discussão; votação nominal; veto mantido por maioria, 13 votos, vencida a vereadora Elzinha Mendonça. Veto nº3/2023: Veto integral ao projeto de Lei nº 22/2022, que deu origem ao Autógrafo nº 95/2022, que estabelece que, nas contratações de servicos e obras públicas municípais, conste cláusula que assegure a reserva do percentual de 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas e, situação de rua; parecer da CCJRF pela manutenção do veto integral; votação nominal; veto mantido por maioria, 13 votos, vencida a vereadora Elzinha Mendonça. Veto nº4/2023: Veto integral ao projeto de Lei n° 21/2022, que deu origem ao Autógrafo n°109/2022, que dispõe sobre a prioridade no atendimento público municipal para os moradores da zona rural; parecer da CCJRF pela manutenção do veto integral; votação nominal; veto mantido por maioria, 12 votos, vencidos os edis Arnaldo Barros e Elzinha Mendonça. Veto nº6/2023: Veto Integral ao Projeto de Lei nº 25/2022, que deu origem ao Autógrafo nº 118/2022, o qual Concede prioridade à mulher vítima de violência doméstica para aquisição









de moradia popular disponibilizada no Programa Habitacional do Município de Rio Branco; parecer da CCJRF pela manutenção do veto integral; votação nominal; veto mantido por maioria, 13 votos, vencida a vereadora Elzinha Mendonça. Veto n°7/2023: Veto parcial ao projeto de Lei Complementar n° 78/2022, que deu origem ao Autógrafo n°107/2022, que Altera a Lei Municipal n° 1.794 de 30 de dezembro de 2009, institui o Regime Jurídico Estatutário dos Servidores Públicos do Município de Rio Branco, suas Autarquias e Fundações Públicas, transforma empregos em cargos públicos, e submete os contratos temporários ao regime administrativo e dá outras providências; parecer da CCIRF pela manutenção do veto parcial; votação nominal; veto mantido por unanimidade, 14 votos. Projeto de Lei nº36/2022, de autoria da ex-vereadora Michelle Melo, que: estabelece que as empresas privadas vencedoras de licitação no Município de Rio Branco deverão contratar pelo menos 5% (cinco por cento) de reeducandos do sistema prisional do Município de Rio Branco e dá outras providências; parecer das Comissões pela rejeição unânime da matéria; somente para ciência plenária. Relatório resumido da execução orçamentária do 4º Bimestre e o Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre, do exercício de 2022; parecer da COFT pela aprovação unânime da matéria; somente para ciência plenária. Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 5º bimestre de 2022; parecer da COFT pela aprovação unânime da matéria; somente para ciência plenária. Relatório Resumindo de Execução Orçamentária do 6° Bimestre de 2022, Relatório de Gestão Fiscal do 3° Quadrimestre de 2022 e Demonstrativos Consolidados do Relatório de Gestão Fiscal do Município de Rio Branco, do exercício orçamentário e financeiro de 2022, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo; parecer da COFT pela aprovação unânime da matéria; somente para ciência plenária. Criação de Precedente Regimental - Arts. 227 e 228 do Regimento Interno: interpretação do art.40, inciso v, alínea d do Regimento Interno: definindo que o consentimento do plenário para o prefeito se ausentar do município somente é exigido quando: a ausência decorre de viagem nacional ou internacional por prazo superior a 15 dias, na forma do art. 49, inciso III da Constituição Federal; discussão; votação; aprovado por maioria, 13 votos, vencida a Encerrada a Ordem do Dia. Aberta a EXPLICAÇÃO PESSOAL. Vereador vereadora Elzinha Mendonça. Ismael Machado assomou a tribuna e destacou entrega de títulos e regularização fundiária aos moradores da região do Montanhês, agenda do ITERACRE no dia seguinte. Em questão de ordem, vereador Joaquim Florêncio cumprimentou o vereador Fábio Araújo pelo tempo na liderança do PDT na Câmara. Encerrada a Explicação Pessoal. Nada mais havendo a constar, a sessão foi encerrada às 11:16. E, para os devidos fins, foi lavrada a presente ata que, após ser lida e aprovada por unanimidade, foi assinada por ele, Presidente, e, por mim, secretário.

VEREADOR RAIMUNDO
NENÉM
Presidente

VEREADOR FÁBIO ARAÚJO 1° Secretário.



DILEGIS OF Branco

VETO Nº 04/2023

AUTOR: Executivo Municipal

ASSUNTO: "Veto integral ao Projeto de Lei n° 21/2022, que deu origem ao Autógrafo n° 109/2022, que Dispõe sobre a prioridade no atendimento público municipal para os moradores da zona rural".

DESPACHO

Considerando o exaurimento do trâmite legal do presente processo legislativo, determino o arquivamento deste.

Rio Branco/Acre, 13 de março de 2023.

Izabelle Souza Pereira Pontes Diretora Legislativa